



EDP Transmissão Litoral Sul S.A.

CNPJ/MF nº 25.022.221/0001-91

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	12.219	4.647
Disponibilidade da rede elétrica	7	1.884	
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	8	257	
Outros tributos compensáveis	8	91	481
Ativos da concessão	12	29.614	262
Outros créditos	13	235	307
Total do Ativo Circulante		44.300	5.697
Não circulante			
Tributos diferidos	9		10.286
Cauções e depósitos vinculados	11	8.157	678
Ativos da concessão	12	254.777	126.236
Outros créditos	13	2	
		262.936	137.200
Imobilizado		55	374
		55	374
Total do Ativo Não circulante		262.991	137.574
TOTAL DO ATIVO		307.291	143.271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO

Circulante

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	14	35.354	41.404
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	8	251	
Outros tributos a recolher	8	854	718
Provisões	16	4.685	7.350
Outras contas a pagar	13	1.171	406
Total do Passivo Circulante		42.315	49.878
Não circulante			
Tributos diferidos	9	19.140	11.714
Empréstimos e financiamentos	15	7.741	7.308
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.1	133.000	12.755
Provisões	16	436	6.627
Outras contas a pagar	13	1.173	127
Total do Passivo Não circulante		161.490	38.531
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	17.1	127.755	75.000
Prejuízos acumulados		(24.269)	(20.138)
Total do Patrimônio líquido		103.486	54.862
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		307.291	143.271

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	14.609	(9.565)	5.044
Aumento de capital conforme AGE de 16/08/2019	60.391		60.391
Prejuízo do exercício		(10.573)	(10.573)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	75.000	(20.138)	54.862
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	75.000	(20.138)	54.862
Aumento de capital conforme AGE de 30/04/2021	52.755		52.755
Prejuízo do exercício		(4.131)	(4.131)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	127.755	(24.269)	103.486

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2021	2020
Prejuízo do exercício	(4.131)	(10.573)
Resultado abrangente do exercício	(4.131)	(10.573)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		15.429	(15.931)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Remuneração dos Ativos da concessão	(64.872)	(6.943)	
Margem na construção	56.269	21.876	
Depreciações e amortizações	319	161	
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	339		
Outros	(82)	(7)	
	7.402	(844)	
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Disponibilidade da Rede Elétrica	(1.505)		
Cauções e depósitos vinculados	(7.306)	(672)	
Outros ativos operacionais	102	(81)	
	(8.709)	(753)	
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores	(26.714)	(540)	
Outros tributos a recolher	180	486	
Encargos Setoriais	49		
Provisões	(1.909)	(1.595)	
Outros passivos operacionais	2.033	(100)	
	(26.361)	(1.749)	
Caixa aplicados nas atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social pagos	(168)		
Caixa líquido aplicados nas atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições aos Ativos da concessão	(137.348)	(54.473)	
Empréstimos a receber		70	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital	133.000		
Aumento de capital social	40.000	53.000	
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		7.000	
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(155)	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	25.1	172.756	59.845
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		7.572	2.096
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		12.219	4.647
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.647	2.551
		7.572	2.096

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2021	2020
Receitas	18	168.104	76.098
Custo	19		
Custo de operação		(1.521)	
Custo de construção da infraestrutura da concessão		(151.002)	(91.031)
		(152.523)	(91.031)
Lucro bruto		15.581	(14.933)
Despesas e Receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	20	(1.276)	(1.059)
Outras despesas e receitas operacionais		1.480	31
		204	(1.028)
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		15.785	(15.961)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	21	423	64
Despesas financeiras		(779)	(34)
		(356)	30
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		15.429	(15.931)
Tributos sobre o lucro			
Imposto de renda e contribuição social correntes		(515)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	(19.045)	5.358
		(19.560)	5.358
Prejuízo do exercício		(4.131)	(10.573)
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
Resultado básico por ação (reais/ações)	23		
ON		(0,05508)	(0,27068)
Resultado diluído por ação (reais/ações)		(0,05508)	(0,14097)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2021	2020
Geração do valor adicionado	168.616	84.101
Receita operacional	30.708	
Receita de Construção	113.233	76.203
Atualização dos Ativos da concessão	23.278	7.651
Outras Receitas	1.397	247
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(152.536)	(91.454)
Custos da energia comprada		
Materiais	(114)	(142)
Serviços de terceiros	(1.296)	(48)
Custo com construção da infraestrutura	(151.002)	(91.031)
Outros custos operacionais	(124)	(233)
Valor adicionado bruto	16.080	(7.353)
Retenções		
Depreciações e amortizações	(75)	(161)
Valor adicionado líquido produzido	16.005	(7.514)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	865	133
Valor adicionado total a distribuir	16.870	(7.381)
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	850	466
Benefícios	83	7
FCTS	69	
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	18.843	2.395
Estaduais	17	14
Municipais	5	
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	1.099	310
Aluguéis	85	
Prejuízo do exercício	(4.131)	(10.573)
	16.870	(7.381)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Contexto operacional**
A EDP Transmissão Litoral Sul S.A. (Companhia ou EDP Transmissão Litoral Sul), concessionária de serviço público de energia elétrica, foi constituída em 17 de junho de 2016 com sua sede localizada na cidade de São Paulo no estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada. A Companhia é controlada integral da EDP - Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. (EDP Trading Comercializadora). A Companhia está em fase parcial de operação desde 19 de maio de 2021, conforme apresentado na nota 5.1.
- Concessão**
A Companhia arrematou o lote Q na 1ª etapa de leilão de transmissão nº 13/2015, ocorrido em 13 de abril de 2016, por meio do processo nº 48500.003580/2015-77 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O lote é composto por 2 subestações e 142 km de extensão de linha localizada entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 27 de junho de 2016, a Companhia assinou junto à União o Contrato de Concessão nº 18/2016 com as seguintes características:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação
142 km	Serviço Público	Concessão	SC/RS	3 LT 230kV; SE 230/69 kV; SE 230/138/69 kV	27/06/2016	27/06/2046	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.
2.1 Receita anual permitida - RAP
O Contrato de Concessão estabelece que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP original, conforme Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 13/2015, de R\$40.085 anualmente, a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.
A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventual ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica, além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.
Conforme Contrato de Concessão e Resolução Homologatória - REH nº 2.895 (Nota 5.2), a Companhia passou por revisão da RAP e foi estabelecida a RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022, a RAP da Companhia passou a ser de R\$54.399.
2.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D
A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.
- Licenças ambientais**
A Companhia apresenta as seguintes obtenções das licenças ambientais requeridas para a construção e operação do empreendimento:

Trecho	Descrição da Linha	Órgão Licenciador	Processo	Licenças (l)
SE Tubarão Sul - 230/138/69 kV			DIV/22007/CTB IMA - Tubarão	LP nº 9836/2017 LI nº 6710/2018 de 08/08/2018, válida até 08/08/2021 LO nº 1569/2021, de 29/03/2021 válida até 29/03/2025
LT 230 kV Jorge Lacerda - Tubarão Sul e LT 230 kV Tubarão Sul - Siderópolis (Seccionamento 230 kV)		IMA-SC	DIV/22011/CTB IMA - Tubarão	LP nº 1562/2018 LI nº 8467/2018 de 02/10/2018, válida até 02/10/2021 LO nº 1946/2021, de 15/04/2021 válida até 15/04/2025
LD 69 kV Tubarão - Sangão Seccionamento 69 kV			DIV/23241/CTB	LP nº 2823/2020 LP nº 2826/2020 de 18/05/2020, válida até 18/05/2021 LO nº 2295/2021, de 29/04/2021 válida até 29/04/2025
Módulo de Conexão na SE Forquilha			Protocolo 1974, licenciamento municipal	LP/LI nº 1974/2019 LAP/LAI nº 1974/2020 de 27/07/2020, válida até 27/07/2022 LO nº 34/2022, de 07/01/2022 válida até 07/01/2026
LT 230 kV SE Torres 2 - SE Forquilha		IBAMA-DF	02001.000467/2017-21	LI nº 1290/2019 - 1ª Retificação, de 26/10/2020 válida até 26/10/2024 LP nº 584/2018
SE Torres 2			4945-05.67 / 20.9	LPI nº 02/12/2020, válida até 03/12/2025
LT 230 kV SE Atlântida 2 - SE Torres 2 + Módulo de Conexão na SE Atlântida 2		FEPAM-RS	8990-05.67 / 20.3	LP nº 257/2019 LI nº 004/2021 de 05/01/2021 válida até 05/01/2026

(l) Siglas e suas definições: LP - Licença Prévia, LI - Licença de Instalação, LAP - Licença Ambiental Prévia, LAI - Licença Ambiental de Instalação, LPI - Licença Prévia de Instalação, LO - Licença de Operação.



NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

4.7.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
OCPC 09 - Relato integrado	Melhoria da qualidade da informação disponível aos investidores e demais stakeholders; a promoção de uma abordagem mais coesa e eficiente do relato corporativo; e, entre outros	N/A	Orientação	01/01/2021

4.7.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros; Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	Indeterminado
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

5. Eventos significativos no exercício

5.1 Entrada em Operação Parcial

Em 19 de maio de 2021 a EDP - Energias do Brasil, controladora integral da EDP Trading Comercializadora, divulgou Comunicado ao Mercado informando que, nesta data, concluiu as etapas necessárias para a energização e integração ao Sistema Interligado Nacional (SIN) de um dos dois trechos de linhas de transmissão de energia. Nesta primeira etapa estão contempladas instalações do Seccionamento 230kV das linhas LT 230kV Jorge Lacerda B - Siderópolis I, que conecta a Subestação Tubarão Sul (2x230/69kV 1x230/138kV - 150MVA) ao SIN, gerando uma RAP de R\$12,2 milhões. A entrega do trecho está dentro do cronograma estipulado pela Companhia quando ocorreu a aquisição do empreendimento.

5.2 Revisão tarifária

Em 13 de julho de 2021, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 2.895, estabelecendo as RAPs pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022. A RAP foi reajustada considerando os efeitos do período do IPCA e e de alteração na componente de financiamento do WACC, conforme previsto no Contrato de Concessão. A parcela de reajuste inerente ao IPCA é considerado um componente de contraprestação variável e, portanto, com base no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (Nota 18), foi efetuada a revisão deste componente no cálculo do Ativo de Contrato e os efeitos apropriados em Receitas. Com relação a alteração do WACC no processo de Revisão Tarifária da Companhia, esta é considerada uma alteração contratual e seu efeitos apropriados em Outros Resultados em Despesas Operacionais (Nota 20), sendo que a RAP de 2021 e 2020 estão demonstradas a seguir:

	RAP 2021 REH nº 2.895	RAP 2020 REH nº 2.725
EDP Transmissão Litoral Sul	54.399	47.387
	54.399	47.387

5.3 Alteração no regime de tributação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia alterou seu regime de tributação, anteriormente Lucro Real, com alíquota de 9,25% para o Lucro Presumido, com alíquota de 3,65%.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos conta movimento	1.215	62
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	11.004	4.585
	11.004	4.585
Total	12.219	4.647

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras está remunerada a taxa de 99,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 24.2.

7. Disponibilidade da rede elétrica

O saldo de Disponibilidade da rede elétrica de R\$1.884, em sua totalidade, refere-se ao faturamento de RAP do mês novembro de 2021 e provisões de dezembro de 2021. A RAP remunera o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção. Os saldos são totalmente vindicos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia. Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

8. Imposto de renda, contribuição social e outros tributos

	Saldo em 31/12/2020	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Transfêrência	Saldo em 31/12/2021
Ativos compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social a compensar			34		(56)	279	257
Total Circulante	-	-	34	-	(56)	279	257
Outros tributos compensáveis					(192)		12
PIS e COFINS	188	12	4				56
IRRF sobre aplicações financeiras	293	127				(364)	13
IR/CS retidos sobre faturamento		13					10
Total Circulante	481	152	4	10	(192)	(364)	91
Passivos a recolher							
Imposto de renda e contribuição social a recolher		515		(168)	(11)	(85)	251
Total Circulante	-	515	-	(168)	(11)	(85)	251
Outros tributos a recolher							125
ICMS		2.854		(2.729)			56
PIS e COFINS	1	338		(46)	(237)		318
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	188	2.104	1	(1.975)			355
Encargos com pessoal	529	6.732		(6.906)			85
Total Circulante	718	12.028	1	(11.656)	(237)	-	342

Conforme requerido pelo CPC 33 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

9. Tributos diferidos

	Ativo	Passivo
	Não circulante	Não circulante
	Nota	31/12/2021
PIS e COFINS	9.1	10.381
Imposto de renda e contribuição social	9.2	10.286
Total	10.286	19.140

9.1 PIS e COFINS

Refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção sob a alíquota de 3,65%.

9.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre a receita de construção considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32. São reconhecidos de acordo com a transação que os originando, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

9.2.1 Composição

Natureza dos créditos	Nota	Ativo		Passivo		Resultado	
		31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	2021	2020
Prejuízos Fiscais		1.068				(1.068)	
Base Negativa da Contribuição Social		384				(384)	
		1.452	-	-	-	(1.452)	-
Diferenças Temporárias							
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		54				(54)	54
Gastos Pré-operacionais		1.584				(1.584)	247
Atualização dos ativos da concessão		3.905				(3.905)	2.440
PIS e COFINS sobre ativos da concessão		3.514				(3.514)	2.637
Outras	5.3	(19)	8.759	204	(8.536)	(20)	
Total diferenças temporárias		9.038	8.759	204	(17.593)	5.358	
Total bruto		10.490	8.759	204	(19.045)	5.358	
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(204)		(204)			
Total		10.286	8.759	-	-	-	

10. Partes relacionadas

Relacionamento	Duração	Ativo		Passivo		Receitas Operacionais 2021
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
		31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	
Uso do sistema de transmissão						
EDP Espírito Santo	Controle Comum	23/05/2021 a 27/08/2046	5			36
EDP São Paulo	Controle Comum	23/05/2021 a 27/08/2046	6			40
Eneerpeix	Controle Comum	23/05/2021 a 27/08/2046	1			4
Lajeado	Controle Comum	23/05/2021 a 27/08/2046	1			6
Cachoeira Caldeirão	Controle Comum	23/05/2021 a 27/08/2046	1			1
São Manoel	Controle Comum	23/05/2021 a 27/08/2046	1			8
Pecém	Controle Comum	23/05/2021 a 27/08/2046	1			8
CEJA	Controle Comum	23/05/2021 a 27/08/2046				2
			15	-	-	105
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC (Nota 10.1)						
EDP Comercializadora	Controle Comum	16/08/2019 a indeterminado			133.000	12.755
			-	-	133.000	12.755
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 13)						
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (a)						
EDP - Energias do Brasil					1	(6)
EDP - São Paulo					2	
Compartilhamento de Backoffice (b)						
EDP - Energias do Brasil						(2)
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (c)						
EDP - Energias do Brasil					2	(8)
Reembolo de Despesas						
EDP - Energias do Brasil						758
Contrato de prestação de serviços (d)						
EDP Comercializadora		16/08/2019 a indeterminado			85	(319)
			15	2	85	(995)

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

(a) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Em 2021, foram assinados os contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à nova sede da companhia e a unidade localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a EDP Energias do Brasil e partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG e possuem vigência até 31 de dezembro de 2021. Esses contratos são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolso das empresas participantes se enquadraram nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento dos custos de Infraestrutura da sede de São Paulo, a partir de 1º de janeiro de 2022 foi submetido à anuência prévia da ANEEL e está em vias de aprovação. Uma vez aprovado, sua vigência retroagirá a partir do início do mês de janeiro.

(b) Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice: O contrato de compartilhamento de Backoffice foi anuído pela ANEEL em 10 de dezembro de 2019 por meio do Despacho nº 3.399, onde sua vigência será referente aos exercícios de 2019 a 2021 para a EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading Comercializadora (**), Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão (*), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão MA I (*), EDP Transmissão MA II (*), EDP Transmissão SP-MG, EDP Litoral Sul, Mata Grande Transmissora e EDP Transmissão Norte. Com a alienação da EDP Transmissão, EDP Transmissão MA I e EDP Transmissão MA II em dezembro de 2021, a partir de 2022 as mesmas estarão excluídas do compartilhamento, fato que foi firmado em aditivo contratual. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima, suportado por consultoria especializada independente. Esses contratos são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolso das empresas participantes se enquadraram nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de atividades de backoffice teve seu aditivo firmado em dezembro de 2021, estendendo sua vigência até 31 de dezembro de 2024.

(c) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O contrato foi anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.329, publicado em 14 de junho de 2018, e aprova o compartilhamento de recursos humanos entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading Comercializadora (**), Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém. Com a alienação da Santa Fé e da EDP PCH em dezembro de 2018, a partir de 2019 as mesmas estarão excluídas do compartilhamento. O contrato foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16 com vigência até 31 de dezembro de 2019. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento, excluídos os gastos da holding e da comercializadora, que são compartilhados de forma preditiva.

A ANEEL se manifestou informando que não é mais necessária a anuência prévia para a celebração do termo aditivo do contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, que passa a compartilhar as despesas de pessoal entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading Comercializadora (**), Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II, EDP Transmissão SP-MG e EDP Litoral Sul. Um aditivo foi firmado em dezembro de 2021 para nova vigência até dezembro de 2022, contendo o mesmo critério de rateio regulatório, e excluindo, devido a alienação da Controladora EDP - Energias do Brasil, as Companhias EDP Transmissão (*), EDP Transmissão MA I (*) e EDP Transmissão MA II (*).

(d) Contratos de Prestação de serviços

EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Trading Comercializadora

Foi aprovado pela ANEEL, em 03 de março de 2021, por meio do Despacho nº 588, o Contrato de Prestação de serviços de operação remota na modalidade "Tempo Real", em regime de turnos contínuos de vinte e quatro horas, durante os sete dias da semana, entre a EDP Transmissão Litoral Sul e a EDP Trading Comercializadora, no valor global do contrato de R\$ 1.573, pelo prazo de 36 meses.

10.1 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

A movimentação do AFAC, cujo objetivo é o aumento de capital na Companhia para conclusão dos projetos, no exercício é a seguinte:

	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.755
AFACs realizados no exercício - EDP Trading Comercializadora	173.000
Aumento de Capital social (Nota 17.1)	(52.755)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	133.000

Os AFACs não possuem qualquer tipo de remuneração, tendo a Companhia assumido o compromisso de utilizar tais valores exclusivamente na integralização de seu Capital social a ser aprovado na próxima Assembleia de aprovação do resultado anual.

10.2 Controladora direta e final

A controladora direta e final da Companhia é a EDP - Trading Comercializadora, sendo esta controlada pela EDP - Energias do Brasil.

10.3 Remuneração dos administradores

	Diretoria Estatutária	
	2021	2020
Remuneração (a)	22	339
Total	22	339

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

11. Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2020	Adição	Atualização	Resgate	Saldo em 31/12/2021
Depósitos judiciais	16.1.1 e 16.1.3	675	7.694	173	(386)	8.156
Outros cauções		3			(2)	1
Total Não circulante		678	7.694	173	(388)	8.157

12. Ativos da concessão

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão da Companhia.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

</

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

16.1.1.1 Cíveis
Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para a construção da linha de transmissão.
16.1.2 Risco de perda possível
Existem processos de naturezas cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fiscais	16.1.2.1	351	339
Total		351	339

16.1.2.1 Fiscais
Ações judiciais em face de alguns municípios localizados no estado do Rio Grande do Sul, objetivando a não incidência do ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis), envolvendo o montante de R\$351 em 31 de dezembro de 2021 (R\$339 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia aguarda o julgamento dos processos.

16.1.3 Risco de perda remota
Existem também processos de natureza cível, relacionados às desapropriações, cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2021 é de R\$5.039 (R\$585 em 31 de dezembro de 2020). O aumento dos depósitos ocorreu devido a processos possessórios, onde fez-se necessário o depósito judicial de casos atrelados a ativos.

16.2 Licenças Ambientais
Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IPCA. A Companhia efetuou alteração de sua taxa de atualização de IGP-M para IPCA, devido ao indexador refletir atualmente a melhor estimativa de inflação do mercado. A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável. Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia. Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2020	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	AVP	Reversão (Nota 16.2.1)	Saldo em 31/12/2021
Circulante	7.350	(1.741)	126	7.838	45	(8.933)	4.685
Não circulante	6.487	-	678	(7.838)	693	-	-
Total	13.817	(1.741)	804	-	738	(8.933)	4.685

16.2.1 A reversão de R\$8.933 refere-se a revisão de estimativa para gastos com condicionantes ambientais que é realizado periodicamente pela Companhia nota 4.4.

17. Patrimônio líquido

17.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2021 totalmente subscrito e parcialmente integralizado é de R\$127.555 (R\$75.000 integralizado em 31 de dezembro de 2020). O capital social em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é composto de 75.000 ações ordinárias, no valor nominal R\$1 cada uma e integralmente detidas pela EDP Trading Comercializadora.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE, realizada em 30 de abril de 2021, deliberou aumento de capital social no montante de R\$52.755, sem emissão de novas ações ordinárias nominativas, integralizados totalmente pela acionista controladora EDP - Trading Comercialização, mediante a capitalização de créditos decorrentes de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC (Nota 10.1).

18. Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas da Companhia representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

• Receita de construção da Infraestrutura de construção
A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

A margem da obrigação de performance de construção e melhoria para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2021 é de -23,72% sobre o custo real incorrido de construção no resultado.

A referida margem é estimada pela Companhia levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado pela Companhia e suas possíveis eficiências, considerando atraso na entrada em operação comercial face o prazo regulatório. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término da Linha de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL.

Conforme o modelo praticado pela Companhia, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para gerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.

• Receita de Operação e Manutenção (O&M)
A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data que a Companhia está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem.

A margem da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2021 é de 218%.

Conforme o modelo de negócios praticado pela Companhia, a faixa de *mark up* para precificação deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.

• Remuneração dos Ativos da concessão
O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da Concessão. O ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento. A taxa de remuneração dos Ativos da Concessão da Companhia representa 13,65% a.a para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento da Companhia, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos. As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

	Nota	2021	2020
Receita de construção		113.233	76.203
Remuneração dos Ativos da concessão	12 e 18.1	23.278	7.651
Receita de Operação e Manutenção (O&M)		10.427	-
Parcela Variável - IPCA	5.2	20.281	-
Receita operacional bruta		167.219	83.854
(-) Deduções à receita operacional		-	-
Tributos sobre a receita		988	(7.756)
PIS/COFINS	5.3	988	(7.756)
Receitas		988	(7.756)

	Nota	2021	2020
Encargos do consumidor		(103)	-
P&D		(103)	-
Receitas		885	(7.756)
18.1 Receita de construção da Infraestrutura da Concessão		168.104	76.098

Representa a evolução, em 2021, de 43,5% do investimento previsto no projeto (29% em 2020), acrescido de margem de construção e PIS/COFINS, alcançando 80,5% de investimento total previsto para a conclusão da obra.

19. Custo de construção da infraestrutura da concessão e custo da operação

	Nota	2021	2020
Terrenos		11.023	8.930
Edificações, obras civis e benfeitorias		35.782	12.143
Máquinas e equipamentos		102.895	40.273
Móveis e utensílios		106	-
Adiantamento a fornecedores		-	22.543
Gastos ambientais	16.2.1	(7.900)	4.031
Outros		9.096	3.111
19.1 Custo de construção da infraestrutura da concessão		151.002	91.031

	Nota	2021	2020
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		288	473
Material		78	142
Serviços de terceiros	20.2	775	483
Outras		75	161
Total		1.276	1.028

20. Despesas e receitas operacionais

As Despesas e receitas operacionais são reconhecidas e mensuradas: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento das despesas e receitas operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Despesas operacionais			Receitas operacionais		
	Nota	2021	2020	Nota	2021	2020
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	20.1	288	473	20.1	288	473
Material		78	142		78	142
Serviços de terceiros	20.2	775	483	20.2	775	483
Depreciação - Ativos de direito de uso		75	161		75	161
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas		-	1		1	1
Arrendamentos e aluguéis		3	3		(32)	(32)
Outras		57 (1.480)	(1.423)		(200)	(200)
Total		1.276	(1.480)		(204)	1.059

20.1 Pessoal e Administradores

	2021	2020
Pessoal	643	14
Remuneração	259	-
Encargos	273	29
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	84	6
Outros benefícios - Corrente	1.259	49
Administradores	(54)	424
Honorários e encargos	(54)	424
Total	1.205	473

20.2 Serviços de terceiros

	2021	2020
Serviços de consultoria	555	324
Serviços de limpeza e vigilância	65	2
Serviços de informática	198	1
Serviços de publicação e publicidade	170	107
Serviços de telecomunicações	128	12
Serviços de gestão de pessoas e mão de obra própria	107	19
Outros	73	18
Total	1.296	483

21. Resultado financeiro

	Nota	2021	2020
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias		568	64
Renda de aplicações financeiras e cauções		63	63
Arrendamentos e aluguéis		86	-
Outros juros e variações monetárias		(434)	(61)
(-) Juros capitalizados		(8)	(8)
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		211	6
Outras receitas financeiras		423	64
Despesas financeiras			
Encargos de dívida		15.2	(433)
Empréstimos e financiamentos		(352)	(308)
(-) Juros capitalizados		(75)	(13)
Juros e variações monetárias		(27)	-
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	16.1.1	(256)	-
Arrendamentos e aluguéis		(339)	-
Outros juros e variações monetárias		(1)	(21)
Ajustes a valor presente		(779)	(34)
Outras despesas financeiras		(356)	30
Total			

22. Impostos de renda e Contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidas no resultado.

	2021	2020
A Companhia optou pelo regime de caixa onde é admissível a tributação da receita bruta somente por ocasião do efetivo recebimento.	15.429	(15.931)
Total	34%	34%
	(5.246)	5.417

	2021	2020
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		
Alíquota		
IRPJ e CSLL		
Total	(59)	

	2021	2020
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Outros		
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos		
Ajuste lucro presumido	(14.338)	-
Outras	24	-
Despesa de IRPJ e CSLL	(19.560)	5.358
Alíquota efetiva	126,77%	33,63%

22.1 Efeitos de mudança no regime de tributação

O montante apresentado refere-se a alteração em seu regime de tributação para o lucro presumido 5.3.

23. Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas. A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41.

O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado a seguir:

	2021	2020
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(4.131)	(10.573)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	75.000	39.060
Resultado básico por ações (reais/ação)	(0,05508)	(0,27068)
Resultado diluído		
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas ajustado	(4.131)	(10.573)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores ajustado (mil)	75.000	75.000
Resultado diluído por ação (reais/ações)	(0,05508)	(0,14097)

24. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

24.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

24.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Non reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Aplicações financeiras	6	Nível 2	11.004	4.585	11.004	4.585
Total			11.004	4.585	11.004	4.585
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa						
Bancos conta movimento	6	Nível 2	1.215	62	1.215	62
Disponibilidade elétrica	7	Nível 2	1.884	-	1.884	-
Cauções	11	Nível 2	1	3	1	3
Outros créditos - Partes relacionadas	13	Nível 2	2	-	2	-
Total			3.102	65	3.102	65
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	14	Nível 2	35.354	41.404	35.354	41.404
Empréstimos e financiamentos	15		-	-	-	-
Contratos de mútuo		Nível 2	7.741	7.308	7.741	7.308

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa CDI e da inflação, podendo ter um impacto maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

24.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Aging cenário							
		Saldo da exposição	Cenário (I) provável		Cenário (II) Aumento do risco em 25%		Cenário (IV) Redução do risco em 25%		
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	risco em 25%	risco em 25%	risco em 50%	
Aplicação financeira - CDB	CDI	11.004	1.191	1.191	297	593	(297)	(594)	
Instrumentos financeiros ativos	CDI	11.004	1.191	-	1.191	297	593	(297)	(594)
Empréstimos e financiamentos - Mútuo	CDI	(7.741)	(824)	(831)	(1.655)	(437)	(883)	428	846
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(7.741)	(824)	(831)	(1.655)	(437)	(883)	428	846
		3.263	367	(831)	(464)	(140)	(290)	131	252

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou seu intervalo entre 6,9% e 11,2% a.a..

24.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outros obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia estão demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Ativos da concessão (Nota 12) cujo o saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ou dos usuários da linha de transmissão a partir da entrada em operação da linha de transmissão.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2021, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2021					31/12/2020
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	
Passivos financeiros						
Fornecedores	35.354				35.354	41.404
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				761	761	
Empréstimos e financiamentos				7.741	7.741	7.308
Arrendamentos e aluguéis	20	20	58	98	315	
Licenças Ambientais	1.143	679	2.863	4.685	13.817	
	36.517	699	2.921	8.502	48.639	62.844

24.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• **Caixa e Equivalentes de caixa**

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2021 todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com rating de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

24.2.4 Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL) e demais órgãos do setor (MME, ONS, etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

24.2.5 Riscos ambientais

As atividades da Companhia pode causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

24.2.6 Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura

A Companhia poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção e atrasos na execução da obra que poderão resultar em perdas na recuperação do Ativo da Concessão, custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato da Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos pela Companhia, esta poderá não ser capaz de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Companhia poderá ser afetada de forma relevante, e a Companhia poderá ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Visando mitigar este risco a Companhia adota, no momento da contratação dos fornecedores, uma série de garantias, tais como: adiantamentos, cumprimento de performance, garantia técnica, seguro de engenharia global e seguro de responsabilidade civil. Adicionalmente, a Companhia procura a diversificação dos seus fornecedores, sendo que o maior não represente mais do que 40% do investimento previsto, além de fazer avaliações internas de compliance.

24.2.7 Risco técnico

A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Para tanto, a Companhia contratou seguro de Risco de responsabilidade civil - Engenharia, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo (Nota 27).

24.2.8 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinar as dívidas existentes.

	31/12/2021	31/12/2020
Total dos empréstimos	7.741	7.308
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(12.219)	(4.647)
Dívida líquida	(4.478)	2.661
Total do Patrimônio Líquido	103.486	54.862
Total do capital	99.008	57.523
Índice de alavancagem financeira - %	-4,52%	4,63%

25. Demonstrações dos fluxos de caixa

25.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Nota	Saldo em		Efeito não caixa		Saldo em	
		31/12/2020	Efeito caixa	Ajuste a valor presente	Adições/ baixas		31/12/2021
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	7.308				7.741	
Arrendamentos e aluguéis		315	(244)			98	
Acionistas não controladores							
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	10.1	12.755	133.000		(12.755)	133.000	
Capital social	17.1	75.000	40.000		12.755	127.755	
		95.378	172.756		27	433	268.594

	Saldo em	Efeito	Efeito não caixa		Saldo em	
			31/12/2019	caixa		monetária e cambial
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento						
Títulos a receber e empréstimos a receber	70	-			(70)	-
	70	-			(70)	-

	Saldo em	Efeito	Variação	Ajuste a valor de	Adições/	Saldo em
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	-	7.000			308	7.308
Arrendamentos e aluguéis	-	(155)	(74)		11	315

	Saldo em	Efeito	Variação	Ajuste a valor de	Adições/	Saldo em	
							31/12/2019
Acionistas não controladores							
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	20.146				(7.391)	12.755	
Capital social	14.609	53.000			7.391	75.000	
	34.755	59.845	(74)		11	841	95.378

	Saldo em	Efeito	Variação	Ajuste a valor de	Adições/	Saldo em	
							31/12/2019
Movimento relativo às atividades de financiamento							
(Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)	34.685	59.845	(74)		11	911	95.378

	Saldo em	Efeito	Variação	Ajuste a valor de	Adições/	Saldo em
25.2 Transações não envolvendo caixa						
Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.						
Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:						

	31/12/2021					31/12/2020	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total		
Capitalização de juros de empréstimos e debêntures ao, imobilizado, intangível e ativos da concessão						352	
Capitalização nos Ativos da concessão relativo à contingências						369	
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado, intangível e ativos da concessão						(7.391)	
Aumento de capital com integralização de AFAC						12.755	
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado						533	
Provisão de fornecedores dos ativos de concessão						21.097	
Total						27.182	44.482

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	31/12/2021					31/12/2020	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total		
Capitalização de juros de empréstimos e debêntures ao, imobilizado, intangível e ativos da concessão						352	
Capitalização nos Ativos da concessão relativo à contingências						369	
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado, intangível e ativos da concessão						(7.391)	
Aumento de capital com integralização de AFAC						12.755	
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado						533	
Provisão de fornecedores dos ativos de concessão						21.097	
Total						27.182	44.482

26. Compromissos contratuais e garantias

26.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços vinculados à construção da linha de transmissão.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	31/12/2021					31/12/2020
	2022	2023 e 2024	2025 e 2026	A partir de 2027	Total geral	
Responsabilidades com locações operacionais	6					6
Obrigações de compra						
Encargos de conexão e transporte de energia	9	16				25
Materiais e serviços	128.586	2.345	374	4	131.309	224.357
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	824	773			1.597	135
	129.425	3.134	374	4	132.937	224.492

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2021, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2021					31/12/2020
	2022	2023 e 2024	2025 e 2026	A partir de 2027	Total geral	
Responsabilidades com locações operacionais	6					6
Obrigações de compra						
Encargos de conexão e transporte de energia	9	18				27
Materiais e serviços	124.756	2.520	464	6	127.746	217.217
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	700	697			1.397	125
	125.471	3.235	464	6	129.176	217.342

26.2 Garantias

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresenta a garantia do tipo Outros na modalidade Seguro garantia, no montante de R\$22.727 (R\$20.523 em 31 de dezembro de 2020).

27. Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Seguro de vida	3.186	(*)	1.027	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-diretor e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$17.190;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$247.595; e
- (iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.611.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Otávio Assis Henriques Vice-Presidente	João Manuel Veríssimo Marques da Cruz Presidente
---	--